

A homossexualidade na representação da Aids na mídia goianiense ¹

Marília de Almeida e Almeida²
Claudomilson Fernandes Braga³
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Resumo

O presente estudo busca compreender como se deu a vinculação entre Aids e homossexualidade na mídia goianiense a partir da análise, segundo a metodologia da Análise de Conteúdo, de reportagens do Jornal O Popular (Goiânia – Goiás) publicadas entre 1983 e 1993 que contêm os termos *homossexual*, *homossexualidade*, *gay* e *grupo de risco*. O estudo tem como principal hipótese que a imprensa, inclusive a goiana, contribuiu para a responsabilização dos homossexuais pela disseminação do vírus HIV ao veicular textos que vinculavam, de forma implícita ou explícita, a doença à homossexualidade.

Palavras-chave: Imprensa; cidadania; Aids; homossexualidade.

Introdução

No início da década de 1980, a descoberta de uma nova doença causada por um vírus altamente letal colocou a sexualidade no centro dos debates e nas manchetes dos jornais. Tratava-se da Aids, *Human Immunodeficiency Virus* ou em português Síndrome da Imunodeficiência Humana, doença causada pelo vírus HIV e transmitida por meio de relações sexuais ou pela troca de fluídos corporais (sangue e sêmen) contaminados. O vírus atinge o sistema imunológico e se integra ao código genético das mesmas, assim, ao mesmo tempo em que se multiplica facilmente, ele enfraquece o organismo do paciente. Logo no início da década, em 1981, o jornal *The New York Times*, dos Estados Unidos, é o primeiro do mundo a noticiar⁴ um número elevado de casos de *Sarcoma de Kaposi*, tipo pouco comum de câncer, e pneumonia por *Pneumocystis carinii* entre homens homossexuais norte-americanos.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação – PPGCOM, da Faculdade de Informação e Comunicação – FIC da Universidade Federal de Goiás – UFG. Especialista em Assessoria de Comunicação e Marketing (UFG) e graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo (UFG), email: mariliaalmeida@gmail.com.

³ Bacharel em Comunicação pela UFG. Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Estágio Pós-doutoral pela PUC Goiás. Professor Adjunto da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, email: milsonprof@gmail.com.

⁴ Reportagem publicada em julho de 1981 sob o título “Câncer raro é encontrado em 41 homossexuais” (tradução livre). Disponível em <<http://www.nytimes.com/1981/07/03/us/rare-cancer-seen-in-41-homossexuals.html>>

Assim como havia sido noticiado pelo jornal norte-americano e posteriormente copiado por publicações ao redor do mundo, os primeiros casos daquela nova doença foram registrados entre homossexuais, por isso, não só a imprensa como a comunidade médica e científica iniciaram o alerta de que aquele vírus poderia acometer somente um determinado grupo de pessoas ou que este grupo em questão estaria mais propenso à doença que o restante da sociedade. A ciência instituiu, então, o grupo de risco formado por homossexuais, prostitutas, usuários de drogas e hemofílicos, e prontamente a imprensa mundial replicou o termo e as ideias que o acompanhavam.

Grupo de risco é um conceito vinculado ao comportamento, à evidente promiscuidade – ou irresponsabilidade, no caso dos usuários de drogas. Com exceção dos hemofílicos, que por necessitarem de transfusões de sangue teriam mais riscos de serem contaminados pelo vírus HIV, os homossexuais, prostitutas e usuários de drogas foram incluídos neste grupo devido às características, estereotipadas, que eram atribuídas a eles.

Embora todos os subgrupos incluídos no grupo de risco tenham sido impactados por essa classificação, o foco das atenções caiu sobre os homossexuais, responsabilizados pelo surgimento e disseminação do vírus HIV. Ferreira (2003) aponta que a comunidade científica em pouco tempo percebeu o erro que havia cometido e que o fato de os primeiros casos de contaminação pelo HIV terem sido registrados entre homossexuais tratava-se de uma coincidência, mas a vinculação entre Aids e homossexualidade já estava estabelecida e fixada no imaginário social.

Simultaneamente às descobertas científicas sobre o vírus HIV, a imprensa publicava notícias e reportagens que visavam traduzir as informações do mundo científico para que a população se informasse e pudesse se prevenir contra a doença. Neste processo de tradução da ciência para o cotidiano popular, a mídia “nomeia imediatamente a AIDS segundo um conjunto de metáforas, evitando que a doença vague sem sentido”. (FASUTO NETO, 1999, p. 147) Ao abordar a Aids, a imprensa brasileira e internacional frequentemente utilizava termos como *câncer gay*, *peste rosa*, *mal dos homossexuais* e *síndrome gay* para designar a doença. Sontag (2007) aponta que estas metáforas, supostamente de caráter informativo, tinham o objetivo de colocar a Aids como uma doença que “não apenas era repulsiva e punitiva, como também apresentava uma invasão” (SONTAG, 2007, p. 120).

Os homossexuais, caracterizados pelos termos *gay* ou *rosa*, então, eram responsabilizados pela disseminação do vírus HIV. Os termos *peste rosa* ou *peste gay*, em

especial, eram uma espécie de reciclagem da *peste negra*⁵ e colocavam a Aids como um castigo àqueles que ameaçavam a sociedade com seus comportamentos promíscuos (SONTAG, 2007). A utilização da metáfora *câncer rosa*, entretanto, é ao mesmo tempo contraditória e esclarecedora. O termo *câncer* é frequentemente utilizado para designar males altamente prejudiciais à sociedade, que se espalham rapidamente e causam degeneração, por exemplo, diz-se que a corrupção é um câncer da política brasileira.

A associação da AIDS com homossexualidade e moral produziu uma crença de que a aquisição da doença por parte dessas pessoas é consequência de um ato deliberado e, portanto, são culpadas. Já as pessoas portadoras de câncer tiveram a má sorte de desenvolvê-lo sem terem cometido nenhum ato consciente que o justificasse. Assim, em relação a essas duas doenças passa a existir um grupo de culpados e outro de inocentes. Um que merece a própria doença e outro que é vítima dela. Um que mobiliza sentimentos de raiva e repulsa e outro que provoca pena e pesar. Claro que ambos os grupos sofrerão um processo de exclusão, mas cada um com uma trajetória diferente, com proporções distintas de dor e preconceito. Da mesma forma que no passado e muitas vezes ainda hoje a sífilis estava associada com a prostituição, a AIDS, por um erro histórico, vincula-se fortemente aos homossexuais masculinos. (FERREIRA, 2003, p. 107)

Breve histórico da homossexualidade masculina

Sabe-se que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo existem desde os primeiros períodos da história da humanidade, séculos antes de Cristo. O sexo entre homens mais velhos e jovens rapazes com fins didáticos já foi comum em sociedades como a Grécia Antiga e Roma Antiga. Entretanto, mudanças nas estruturas sociais e econômicas da humanidade, ao longo de séculos, fizeram que com que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo se tornassem uma patologia e até mesmo um crime. Na Idade Média, a sodomia era motivo suficiente para queimar e enforcar pessoas.

Já no Brasil, os primeiros registros históricos posteriores à chegada dos portugueses apontam a ocorrência de relações homossexuais no país. O pesquisador e doutor em Antropologia Luiz Mott⁶, em cronologia apresentada durante o II Congresso Internacional

⁵ Doença transmitida por ratos, pulgas ou por via aérea que assustou o mundo ocidental no século XIV. Acreditava-se que a doença seria um castigo divino devido aos pecados cometidos pelos homens.

⁶ Mott é fundador do Grupo Gay da Bahia, mais antiga e uma das mais importantes entidades ligadas aos direitos LGBTs no país.

sobre Epistemologia, Sexualidade e Violência⁷, afirma que em 1549, o padre Manoel da Nóbrega relatou a prática da sodomia entre indígenas brasileiros. Também por volta de 1600, existem registros de confissões de homossexualidade entre religiosos. Segundo Mott, já em 1613 tem-se o primeiro caso de alguém condenado à morte no Brasil devido à homossexualidade, um indígena do povo Tupinambá, do Maranhão, foi executado por ordem de frades capuchinhos franceses.

As tentativas de controle sobre as relações homossexuais, portanto, existem há séculos, apenas os papéis de detentores deste controle e do poder de punição – ou de tratamento – foram sendo alterados ao longo da história. Na Inglaterra do fim do século XIX, conforme afirma Fry (1982), o que ele denomina de militantes da pureza já se preocupavam em controlar a libido masculina – composta também pela prostituição e pela homossexualidade – de acordo com os padrões da moral e dos bons costumes a fim de proteger o país contra o imperialismo e a decadência.

Fry (1982) aponta que, segundo pesquisa de J. Marshall, na Inglaterra do início do século XIX existiam dois tipos de machos, os homens e os homossexuais. Isto é, a homossexualidade excluía do grupo dos homens, um conceito referente ao sexo fisiológico do indivíduo, aqueles que praticavam sexo com pessoas do mesmo sexo. Neste período, a medicina defendia a existência de três tipos de identidades masculinas: o *homem heterossexual* (biologicamente macho, do gênero masculino, de comportamento sexual ativo e orientação heterossexual); o *homossexual passivo invertido* ou *pederasta passivo* (biologicamente macho, do gênero masculino ou feminino, de comportamento sexual passivo e orientação homossexual); e o *homossexual ativo pervertido*, também chamado de *pseudo-heterossexual* ou *pederasta ativo* (biologicamente macho, do gênero masculino, de comportamento sexual passivo e de orientação homossexual).

Nota-se, que a diferenciação entre o *homossexual passivo invertido* e o *homossexual ativo pervertido* está no comportamento sexual, se ativo ou passivo, isto é, se ele penetra ou se é penetrado durante o ato sexual. De acordo com Fry (1982), esta dicotomia entre homossexuais passivos e ativos reforçava a ideia de uma homossexualidade verdadeira, que seria afeminada, e uma homossexualidade falsa, masculinizada.

De fato, no Brasil a homossexualidade “verdadeira” era fortemente relacionada às características femininas, normalmente enfatizadas pela literatura existente na época sobre as relações homossexuais. “Homens efeminados que frequentam lugares públicos, vestidos

⁷ Disponível em: < <http://luiz-mott.blogspot.com.br/2006/08/igreja-e-homossexualidade-no-brasil.html> >

de modo extravagante e adotando maneirismos e vestuários associados à mulher, figuram de modo destacado nessa literatura precoce”. (GREEN, 2000, p. 29-30)

É neste período que a medicina começa a estudar, investigar e procurar formas de tratamento para a homossexualidade, considerada uma doença. Para muitos médicos, em especial psiquiatras, esta patologia teria duas causas possíveis e tratáveis: disfunções biológicas ou influência do meio ambiente. No Brasil, registros da década de 1930, vinculavam a homossexualidade ao sadismo e a problemas psiquiátricos e até pesquisas que buscavam identificar sua ocorrência em determinados biótipos ou ambientes sociais.

Se a homossexualidade *per se* nunca foi definida como crime no Código Penal Brasileiro, ao contrário do que ocorreu em outros países, e apesar das sugestões da Comissão Legislativa citada acima, na década de 1930 havia uma clara convivência entre polícia e os médicos, pois os delinquentes “homossexuais” de uma certa classe social eram encaminhados para o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro e para o Laboratório de Antropologia do Serviço de Identificação de São Paulo, onde os médicos levaram adiante suas pesquisas sobre as causas biológicas e sociais da homossexualidade com ênfase sobre os biótipos e o ambiente social dos indivíduos em questão. (FRY, 1982, p. 101)

Segundo Green (2000), nas décadas de 1920 e 1930, médicos, juristas e criminologistas brasileiros começaram a intervir em questões sociais tais como as estruturas familiares e até na relação entre raça e criminalidade. O autor afirma que por mais que, nesta época, a “subcultura homossexual” pudesse passar despercebida para grande parte da sociedade, “não deixou de chamar a atenção e provocar um certo alarme entre os membros da profissão médico-legal”. (GREEN, 2000, p. 192)

Se no século XIX os homens eram divididos em três categorias, os *homens*, os *homossexuais passivos* e os *homossexuais ativos*, a partir da década de 1960 o cenário começa a sofrer alterações. Agora eram aceitas três categorias: os *homens normais* (biologicamente machos, do gênero masculino, de comportamento sexual ativo e orientação heterossexual), os *homossexuais* (biologicamente machos, do gênero masculino, de comportamento sexual passivo ou ativo e de orientação homossexual) e os *bissexuais* (biologicamente machos, do gênero masculino, de comportamento sexual passivo ou ativo e de orientação homossexual ou heterossexual). O foco da questão deixara de ser o comportamento sexual e se tornara a orientação sexual.

A partir dos anos 1960, os homossexuais começam a se posicionar diante das tentativas de controle oriundas de variadas frentes – religiosas, médicas e legais, em especial – e iniciam um processo de busca pela autodefinição de suas identidades. Nesta década, os próprios homossexuais adotam o termo *gay* (que em inglês significa felicidade ou alegria) para contrapor ao termo homossexual, que denotaria à terminologia médica ou legal. No Brasil, também nos anos 1960, os homossexuais adotam o termo *entendido*, que acabaria com a divisão entre homens e *bichas* e englobaria todos os machos com orientação homossexual.

Já no fim da década de 1970, são criados os primeiros grupos de homossexuais organizados. Conforme aponta Fry (1982), se nos Estados Unidos e na Europa os homossexuais lutavam contra a criminalização da homossexualidade, no Brasil eles lutavam contra “um preconceito relativamente difuso e escorregadio”. (FRY, 1982, p. 105-106) Ao mesmo tempo em que iniciavam seu posicionamento público diante de suas questões, os homossexuais começavam a discutir sua própria identidade, quais características e quais anseios os definiriam.

É possível perceber, portanto, que nas décadas que antecederam o advento da Aids os homossexuais atravessaram um processo de transição; de serem considerados biologicamente e psicologicamente doentes ao início de uma tomada de atitude diante de seus próprios direitos. No início da década de 1980, com a notificação dos primeiros casos de Aids, os homossexuais viram suas poucas conquistas: a visibilidade. Se os homossexuais vinham, aos poucos, sendo tolerados pela sociedade, com a chegada da Aids e sua responsabilização pela disseminação do vírus HIV, eles encontraram uma nova situação de invisibilidade. Enquanto milhares de homossexuais eram vencidos pelo vírus HIV, as autoridades políticas delongavam a investigação acerca da nova doença e de possíveis formas de tratamento já que a mesma acometia só uma parte pequena da sociedade – e uma parte marginalizada. “A associação da Aids com homossexualidade e moral produziu uma crença de que a aquisição da doença por parte dessas pessoas é consequência de um ato deliberado e, portanto, são culpadas”. (FERREIRA, 2003, p. 107)

Aids e homossexualidade na mídia goianiense

Como afirma FAUSTO NETO (1999), a mídia é um dispositivo de construção da realidade e contribuiu para a inteligibilidade da Aids junto à sociedade. A partir do que era

publicado pela imprensa, a sociedade se informou sobre a Aids e formou a sua opinião acerca daquela nova doença.

Uma característica da AIDS no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, por exemplo, é que a nova enfermidade se torna conhecida antes que casos de AIDS fossem oficialmente reportados no país. Hebert Daniel (1991, p. 32) escreveu que a AIDS chegou ao Brasil antes da AIDS, em alusão ao fato que a mídia brasileira, em meados de 1981, começou a noticiar uma nova doença que estava surgindo nos Estados Unidos sendo que, no país, nenhum caso havia sido reportado (CANCER, 1981). Ou, como tão bem definiram Sérgio Carrata e Claudia Moraes (1985), ao descreverem a AIDS como um “mal de folhetim”. (GALVÃO, 2002, p. 78)

Enquanto a imprensa norte-americana noticiou mortes em decorrência da Aids antes que a comunidade científica identificasse e isolasse o vírus HIV, a imprensa brasileira noticiou as mortes que ocorriam em outros países, reproduzindo matérias de agências de notícia internacionais, antes que o primeiro caso fosse registrado oficialmente no país. A primeira matéria sobre o HIV foi publicada no Jornal do Brasil, em julho de 1981, e somente em 1982 foi registrado o primeiro caso de Aids no território nacional.

Em Goiás, o jornal O Popular⁸ publicou sua primeira reportagem sobre Aids em 1983 sob o título “Quem tem medo da Aids?”. O texto aborda uma palestra sobre a importância da vacinação contra a Hepatite B e o risco da Aids que havia tido pouco sucesso de público. Ao longo do texto, o repórter afirma que “o fato de que 200 milhões de pessoas são portadoras do vírus tipo B é algo bem mais expressivo e digno de estudos do que o estardalhaço formado diante da Aids, que tem, no Brasil, pouquíssimos casos diagnosticados”. O repórter entrevista médicos goianos sobre a possível propensão biológica dos homossexuais a contraírem a doença e explica: “O fato de se ter propalado ser esta uma doença dos homossexuais é atribuído por ele [o médico] ao folclorismo que cerca essa minoria (?) e ao fato de estarem mais predispostos à promiscuidade”. A reportagem, além de pouco informativa, trata a Aids, enquanto temática de saúde pública, com considerável desprezo.

A presente pesquisa buscou analisar a presença dos termos *homossexual*, *homossexualidade*, *gay* e *grupo de risco* em notícias referentes a Aids publicadas pelo Jornal O Popular em um período de dez anos. Foram analisados textos jornalísticos (entre notas, notícias e reportagens) publicados entre 1983 e 1993, totalizando 45 textos. Os

⁸ Fundado em 1938 e veículo da Organização Jaime Câmara, é o mais tradicional jornal impresso de Goiânia (GO) ainda em circulação.

mesmos foram analisados e divididos em duas categorias iniciais: aqueles que contêm algum dos termos supracitados e aqueles que não contêm. Em seguida, os textos que contêm os termos em questão eram analisados segundo o seguinte critério: se vinculavam ou se não vinculavam a Aids ao homossexual ou gay, à homossexualidade e ao grupo de risco.

Os dados colhidos nesta pesquisa foram analisados segundo a Análise de Conteúdo, metodologia na qual a leitura realizada pelo pesquisador tem o objetivo de evidenciar o sentido implícito nas mensagens. “Na análise de conteúdo, a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada”. (DUARTE, BARROS, 2014, p. 284)

Análise dos dados

Dos 45 textos sobre Aids publicados entre 1983 e 1993, 20 possuíam algum dos termos *homossexual*, *homossexualidade*, *gay* e *grupo de risco* e 10 vinculavam explicitamente a Aids a estes termos. A reportagem “Alerta Geral”, de 30 de abril de 1988, abordava esta “pânico-epidemia” e embora trouxesse em destaque na página o fato de que “toda e qualquer pessoa corre o risco de contrair o vírus da Aids”, também trazia a fala de um médico contrário às campanhas de prevenção que incentivavam o uso de preservativo já que elas eram condizentes com uma vida promíscua. O médico afirma ainda: “Temos que encontrar uma solução para controlar as relações homossexuais.

Outra reportagem, datada de 19 de dezembro de 1991, sob o título “(...) conscientiza sobre o perigo da Aids”⁹, afirma que seria solicitado à Secretaria de Saúde do Estado a realização de testes para diagnosticar a Aids em “reeducandos do chamado grupo de risco – viciados, tatuados, homossexuais e outros”. Na notícia, o grupo de risco instituído pela ciência no início da década de 1980, que englobava prostitutas, usuários de drogas, hemofílicos e homossexuais, é substituído por um novo grupo de risco, claramente marcado por um julgamento de valores morais.

Os presídios também são foco de uma notícia publicada em 20 de dezembro de 1992, intitulada “Médicos pedem prevenção da Aids em presídio”. No texto, o repórter apresenta parte de um documento do Conselho Regional de Medicina que afirmava que “no ambiente prisional as práticas sexuais homo ou heterossexuais promíscuas são uma

⁹ As condições de arquivamento das publicações no Arquivo do Jornal O Popular não permitiram a leitura completa do título da reportagem.

realidade”. A partir do texto subentende-se que somente as relações heterossexuais promíscuas, isto é, com prostitutas ou com outros homens – o que não necessariamente era considerado como homossexualidade, deveriam ser uma preocupação.

Na notícia “Saúde registra 18 casos de Aids na cidade”, de 15 de fevereiro de 1991, após apresentar dados de contaminação em Anápolis, os quais apontavam que dos 18 casos registrados, 16 são do sexo masculino, dois do feminino, e a maioria era homossexual, o repórter finaliza o texto com a afirmação de que “sabe-se que o homossexualismo é uma das principais fontes de transmissão da Aids”.

Outras notícias e reportagens apresentam somente dados epidemiológicos sobre o índice de contaminação do vírus HIV em homossexuais, sem explicar que todos estão propensos à infecção, porém sem vincular explicitamente Aids e homossexualidade. A notícia “Especialista antevê futuro negro sobre a Aids”, de 29 de julho de 1990, aponta que dos 95 casos registrados de Aids em Goiás, de 1984 a 1990, 60% ocorreram entre homossexuais e bissexuais masculinos, já o restante dos casos foi registrado em hemofílicos e pessoas que receberam transfusões sanguíneas. Embora não faça a ligação explícita entre Aids e homossexualidade, por não procurar os desdobramentos dos índices científicos expostos, o texto passa a mensagem de que exceto os hemofílicos – do grupo de risco, os únicos que são considerados como vítimas da doença – , somente homens que praticam sexo com outros homens podem contrair a doença, já que o índice não deixa margem para a ocorrência em heterossexuais, por exemplo.

Na reportagem “Dúvidas sobre Aids geram tormento”, de 5 de julho de 1992, consta que dados da Secretaria Estadual da Saúde e Meio Ambiente revelavam que a maioria dos goianos contaminados pelo vírus HIV tinham “entre 20 e 44 anos e é formada por homens que contraíram a enfermidade em relações homossexuais”. No mesmo texto, porém, o repórter entrevista duas pessoas que afirmam ter contraído o vírus em relações heterossexuais. Nota-se, portanto, que o repórter não aprofundou a análise dos dados epidemiológicos e os confrontou com as entrevistas coletadas por ele.

É possível constatar por meio da análise dos textos jornalísticos sobre Aids publicados pelo Jornal O Popular entre 1983 e 1993 – sendo 1983 o ano da primeira notícia – que a evolução na forma de tratar a doença e até mesmo o abandono do conceito que envolve o grupo de risco não obedeceu uma ordem cronológica. É possível encontrar textos esclarecedores na década de 1980 e textos da década de 1990 que remetem à ideia de que somente homossexuais poderiam contrair o vírus HIV. Por isso, supõe-se que a qualidade

informativa dos textos jornalísticos sobre Aids, especificamente, está diretamente ligada à qualidade de formação do repórter e às fontes jornalísticas selecionadas por ele para compor uma notícia ou reportagem. Especialmente em temáticas consideradas como *tabus*, frequentemente é possível encontrar a opinião e a crença do repórter em textos supostamente imparciais já que dificilmente ele conseguirá se desvencilhar de seus próprios preconceitos ao redigir uma reportagem.

Os dados coletados e analisados nesta pesquisa apontam para a necessidade de se aprofundar o estudo sobre a contribuição da imprensa para o preconceito contra homossexuais em decorrência da Aids, pois foram os veículos de comunicação ao redor do mundo os responsáveis por tornar aquela nova doença, assim como os dados científicos provenientes dela, inteligíveis para a sociedade. Compreender como a mídia informou seu público sobre a Aids ao longo das décadas pode auxiliar a compreender porque mais de 30 anos após o registro do primeiro caso de contaminação pelo vírus HIV no mundo ainda permanece no imaginário social a ideia de que todo homem vivendo com Aids é também homossexual.

Referências bibliográficas

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.) Métodos e técnicas de pesquisas em comunicação. São Paulo: Atlas, 2014.

FAUSTO NETO, Antônio. Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a Aids. São Paulo: Hacker, 1999.

FERREIRA, Cláudio Vital de Lima. Aids e a exclusão social: um estudo clínico com pacientes com HIV. São Paulo: Lemos, 2003.

FRY, Peter. Da Hierarquia à Igualdade: a construção da homossexualidade no Brasil. In: Pra Inglês ver: identidade política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GALVÃO, Jane. *A Aids na mídia: da “cura” ao mercado*. In: Comissão de Cidadania e Reprodução. Olhar sobre a mídia. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

GREEN, James Naylor. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX / James N. Green. Tradução Cristina Filho; Cássio Arantes Leite. São Paulo: UNESP, 2000.

SONTAG, Susan. Doença como metáfora: Aids e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.